

# BOLETIM DA ASSEMBLEIA DE GREVE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO CONCURSADOS

Sexta-feira, 23 de fevereiro de 2024 • às 14h

## Informes

1. Campanha Salarial Concursados 2024
2. Informe Tribunal de Justiça
3. Proposta da PBH
4. Terceirizados
5. Palestina
6. Calendário

## 1. GREVE CONCURSADOS

### Assembleia definirá os rumos da greve

*Categoria se reúne na tarde de hoje para votar em Assembleia*

Os trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Belo Horizonte decidem pela continuidade da greve diante da falta de proposta do governo Fuad. A decisão foi votada na Assembleia, no dia 20 de fevereiro.

Em seguida, trabalhadores realizaram ato em direção à porta da PBH em que usaram mordanças e algemas referenciando a criminalização da greve por parte do governo Fuad. Já que a greve foi judicializada, no dia 17/02, e ficou determinado ao Sind-REDE/BH suspender a greve, sob pena de R\$ 100 mil reais por dia em caso de descumprimento.

No dia 21/02, os trabalhadores realizaram uma Vigília na Porta da PBH para que as negociações avançassem. Logo após, seguiram em ato pacífico até a porta do prefeito Fuad, como forma de pressionar uma negociação.

No dia 22/02, aconteceu uma audiência de conciliação para tentar negociar a judicialização da greve e também uma nova negociação da campanha salarial. A categoria se manteve em vigília na porta do TJMG.

A categoria reivindica que o governo Fuad apresente uma proposta com pautas específicas para a educação, já que essa foi uma promessa do prefeito ainda no primeiro semestre de 2023. Porém, logo que iniciou a campanha em outubro/2023, essa questão foi tirada da pauta de negociação. Além disso, a aplicação do reajuste do piso nacional do magistério de 3,62% e o pagamento das parcelas ainda em 2024.





## 2. TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### Audiência de conciliação acaba sem acordo apesar de contraproposta do Sind-REDE/BH

*Prefeitura formalizará nova proposta de progressão por formação para ser apreciada na assembleia*

Na manhã de quinta-feira (22/02), os Trabalhadores em Educação acompanharam a Audiência de Conciliação sobre a greve e a Campanha Salarial de 2024. A audiência terminou sem um acordo, apesar da contraproposta apresentada do Sind-REDE/BH, de acréscimo do reajuste anual do piso salarial nacional do magistério (3,62%) ao índice apresentado pela prefeitura de 8,4% ao funcionalismo municipal e a antecipação das parcelas para janeiro de 2024.

Os representantes da Prefeitura alegaram que chegaram ao limite financeiro com a proposta de 8,04% dividido em 3 parcelas e que não poderiam fazer uma proposta diferente para os servidores da educação, pois o projeto dos demais servidores já tramita na Câmara Municipal

A greve da educação foi judicializada pelo governo Fuad (PSD), no último sábado (17/02) e considerada ilegal através de uma decisão liminar favorável à Prefeitura. A liminar também determinou uma multa diária de 100 mil reais em caso de continuidade da paralisação. Ainda no domingo, o Sindicato entrou com um mandado de segurança, por entender que a liminar criminaliza o direito constitucional de greve. O mandado de segurança foi negado pela justiça. O último movimento do departamento jurídico do Sind-REDE/BH foi impetrado um Agravo Interno, com o objetivo de interromper os efeitos da liminar. O agravo ainda aguarda apreciação por parte da Justiça.

A audiência de conciliação tinha o objetivo de chegar a um acordo sobre as demandas dos

trabalhadores e a possibilidade de encerramento do movimento paredista. Infelizmente, a Prefeitura não mostrou abertura para diálogo sobre qualquer proposta econômica, se limitando a apresentar uma nova proposta de progressão por formação. Por não haver acordo, os efeitos da liminar que considerou a greve ilegal continuam valendo. Apesar disso, a decisão sobre a continuidade ou não da greve será definida pela assembleia.

Como proposta de acordo, o representante do Sind-REDE/BH apresentou a possibilidade de aceite do índice de 8,04%, caso seja retroativo a janeiro, somado a ele o reajuste anual do piso nacional do magistério em 2024, de 3,62% para a educação. Além da possibilidade de debate sobre as pautas específicas dos bibliotecários (unificação da carreira), AAEs (criação de novos níveis), Educação Infantil (revogação da Portaria 349/23) e aposentados (respeito a lei da paridade).

Os representantes da PBH, mais uma vez alegaram que “chegaram ao limite financeiro” e que portanto não poderiam atender a demanda do Sindicato.

Foi determinada a formalização da nova proposta da Prefeitura, para que seja apreciada na assembleia dos trabalhadores em educação, que acontece amanhã (23/02). Foi levantada a possibilidade de, na nova proposta da PBH, ser incluído um ponto de acordo sobre a cobrança da multa. O Sindicato tem um prazo de 5 dias da apresentação da proposta para dar uma resposta final sobre ela.

## 3. PROPOSTA DA PBH

### Proposta do município de Belo Horizonte

#### MANUTENÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA:

**Proposta 1:** 8,04% de reajuste em 2024, sendo: 4,03% em agosto, 1,82% em novembro e 2,00% em dezembro, ou

**Proposta 2:** 8,04% de reajuste em 2024, sendo: 5,92% em setembro e 2,00% em dezembro.

#### O que podemos avançar:

**1) HORAS DE APERFEIÇOAMENTO:** Previsão em lei que horas de aperfeiçoamento poderão ser consideradas como requisito de progressão por

escolaridade, nos termos de regulamento. O decreto será publicado até outubro de 2024, com vigência a partir de janeiro de 2025

Inclusão na lei do reajuste do seguinte artigo:

“Art. O art. 9º da lei 7235, de 27 de 1996 fica acrescido do inciso VII e dos §3º e §4º -:

(...)

VII — ao servidor ocupante de cargo de Professor Municipal ou Professor para a Educação Infantil, será conferido 1 (um) nível por conclusão de curso de aperfeiçoamento profissional realizado direta ou indiretamente pela SMED, que seja diretamente relacionado às atribuições legais de seus cargos efetivos e cujo somatório seja igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas, sendo este o limite para a progressão, nos termos de regulamento.

(...)

§ 3º - Para fins do disposto no inciso VII deste artigo, serão considerados os cursos realizados somente após a publicação do regulamento e nos termos estabelecidos no regulamento.

§ 4º - O poder executivo deverá regulamentar o disposto no inciso VII deste artigo até 30 de setembro de 2024. “

**2) MESTRADO E DOUTORADO:** Alteração da proposta sobre mestrado e doutorado para estabelecer como nível 18 o nível de posicionamento dos servidores que apresentarem a escolaridade para alteração do interstício de progressão.

Art. 2º – A Lei nº 7.235, de 1996, fica acrescida do seguinte art. 8º-A:

“Art. 8º-A – A partir de 1º de outubro de 2024, o interstício para progressão profissional por merecimento de que trata o inciso II do art. 91 da Lei nº 7.169, de 1996, fica reduzido para 730 (setecentos e trinta) dias para os servidores ocupantes dos cargos de Professor Municipal e de Professor para a Educação Infantil, posicionados a partir do nível 20 da carreira e que possuam curso de pós-graduação *stricto sensu*, conforme regulamento.”.

Ampliação do limite de licenças para mestrado e doutorado, triplicando o número atual de vagas:

II - O número de concessões de licença, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, não poderá ultrapassar por ano:

(i) 30 licenças integrais para professores em cursos de Mestrado, sendo 06 meses com vencimento e o restante sem vencimentos, desde que o custo do substituto seja igual ou inferior ao do servidor licenciado;

(ii) 15 licenças integrais para professores em cursos de Doutorado, sendo 12 meses com vencimento e o restante sem vencimentos, desde que o custo do substituto seja igual ou inferior ao do servidor licenciado;

**3) MULTA:** Caso a greve se encerre no dia 23/02/2024, com o reinício das aulas em 26/02/2024, o Município de Belo Horizonte renunciará o direito de execução da multa aplicadas, pelo descumprimento da liminar concedida nestes autos.

**4) REPOSIÇÃO DE GREVE:** Caso a greve se encerre em 23/02 se compromete a apresentar e dialogar sobre formato e critérios de reposição do calendário escolar (200 dias letivos) e dias de greve/paralisações, e somente cortar os dias paralisados se não houver reposição pelo servidor dentro do calendário escolar.

---

#### 4. TERCEIRIZADOS

### Trabalhadores aceitam proposta da MGS e encerram campanha Salarial, mas Caixa Escolar segue na luta pelo ticket

*Os trabalhadores das Caixas Escolares aceitaram o reajuste de 8,78% no salário, mas consideram 1,68% no vale alimentação insuficiente*

Em uma assembleia lotada e muito representativa, os trabalhadores em educação terceirizados, contratados pela MGS, encerraram na tarde desta terça-feira (20/02) a sua campanha salarial, após aceitar a proposta de reajuste de 8,78% no salário e 1,68% no vale alimentação.

Foi ressaltada muitas vezes, que essa não era a proposta almejada pela categoria, porém os trabalhadores entenderam que essa era uma saída melhor do que levar a campanha para dissídio coletivo.

Após a assembleia, uma comissão de trabalhadores se dirigiu à sede da MGS para negociar pautas não econômicas da greve. A principal delas é o não corte dos dias de paralisação mediante a apresentação de um calendário de reposição, de acordo com o calendário escolar. Mas há também pautas relativas aos representantes sindicais como liberação, estabilidade de um ano e permanência nas escolas.

Já os trabalhadores contratados diretamente pelas Caixas Escolares aceitaram o índice de 8,78% de reajuste no salário, mas consideraram insuficiente a proposta de reajuste de 1,68% no vale alimentação. Os trabalhadores votaram pela apresentação de uma contraproposta de 4,75% (referente a inflação acumulada em 2023) para a Prefeitura. Os trabalhadores das Caixas Escolares permanecem em Campanha Salarial e realizarão uma nova assembleia, que será marcada pela diretoria do Sindicato, assim que a Prefeitura responder ao pleito dos trabalhadores.

---

## 5. PALESTINA

### Informe Palestina (22/02/2024)

O Comitê Mineiro de Solidariedade ao Povo Palestino valoriza como positivo o posicionamento do presidente Lula na 37ª Cúpula da União Africana ao comparar as ações do sionismo em Gaza com o "holocausto" promovido pelo nazismo. Neste sentido mantemos a campanha pelo Abaixo-Assinado pela ruptura das relações diplomáticas e comerciais com Israel. Nesses quase 150 dias de genocídio em curso já são mais de 37 mil mortos (considerando os desaparecidos) e em sua maioria mulheres e crianças.

Por todo o mundo o clamor pelo fim do massacre deixa "Israel" cada vez mais isolado. Enquanto isso, redes de comunicação como a Globo, Record, SBT e Band promovem uma campanha de

desinformação, mentiras e desumanização dos palestinos.

Por outro lado, de acordo com os dados das Nações Unidas (12/02/2024) entre os mortos já são mais de 200 profissionais de comunicação assassinados.

O Comitê convoca uma manifestação na sede da Rede Globo, denunciando a cumplicidade dos monopólios de imprensa no país com o genocídio do povo palestino.

Dia 29/02, quinta-feira, concentração às 17h - Av. Américo Vespúcio, 2045 - Caiçaras (Na Rede Globo, porta-voz de Israel).

**Cessar-fogo, já,  
permanente, irrestrito e incondicional!  
Palestina Livre, do Rio ao Mar!**

---

## 6. CALENDÁRIO

### 1) CONTINUIDADE DA GREVE

**23/02 (sexta-feira) às 18h** - Comando de Greve no Sind-REDE (Av. Amazonas, 491, 10º andar - Centro)

---

**26/02 (segunda-feira) às 09h** - Vigília na Porta da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação (Av. Augusto de Lima, 30 - Centro)

---

**27/02 (terça-feira) às 8h30** - Assembleia de Greve dos Trabalhadores em Educação Concursados (Local a definir)

---

### 2) TÉRMINO DA GREVE

**28/02 (quarta-feira)** - Audiência Pública na CMBH e Desagravo Público ao Prefeito (Av. dos Andradas, 3.100 Santa Efigênia) - participação com representantes.



Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte

[sindrede.org.br](http://sindrede.org.br) | Av. Amazonas, 491, 10º andar - Centro - Belo Horizonte / MG